

ANAIS DO  
VIII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES  
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*

# A PROPRIEDADE RURAL

VOLUME III

LXVI  
Coleção da *Revista de História*  
Sob a direção do Professor  
Eurípedes Simões de Paula



SÃO PAULO — BRASIL  
1976

# ARROLAMENTO DE FONTES PRIMÁRIAS PARA UM ESTUDO REVISIONAL DE ESTRUTURA FUNDIÁRIA (\*).

---

(Resumo).

HILDA PIVARO STADNIKY  
e  
ARLETE VIEIRA DA SILVA  
da Universidade Estadual de Maringá (PR).

A área compreendida entre os Rios Tibagi, Paranapanema e Ivaí é marcada pela colonização dirigida, de iniciativa particular e oficial. As companhias colonizadoras se sucedem atuando na região no sentido de desvendar a qualidade dos solos e do clima para a prática das atividades agrícolas e de provocar, através de tais atrativos, fluxos migratórios.

Concessões de amplas áreas foram feitas a companhias particulares, entretanto, o empreendimento de maior vulto, inegavelmente, foi o da *Paraná Plantations Limited*, de Londres, que passou a operar no Brasil em consórcio com a “Companhia de Terras Norte do Paraná” e com a “Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná”. Dessa fusão resultou um esquema de vendas de terras e colonização de uma área de 515 mil alqueires.

A estrutura fundiária estabelecida a partir da década de 30 foi uniforme nas áreas onde chegaram os fluxos colonizadores da “Companhia de Terras Norte do Paraná”. A área global foi dividida em zonas e estas em glebas, onde se reservavam áreas para a futura concentração de núcleos urbanos. O restante das terras, destinado à concentração das atividades rurais, foi dividido em lotes mais ou menos padronizados, cujo tamanho médio era de cerca de 15 alqueires, estendidos verticalmente para serem servidos de estradas pelo espigão e de aguadas pelos fundos.

---

(\*) . — Comunicação apresentada na 2ª Sessão de Estudos, Equipe E, no dia 5 de setembro de 1975 (*Nota da Redação*).

A partir de tal processo, paulatinamente o norte paranaense foi ocupado e ali se estabeleceu uma sociedade democrática, dado o sistema de loteamento e vendas, possibilitando a todos a compra de terras em prestações, a médio prazo, com juros inferiores a 1% ao mês.

Constituem os arquivos da “Companhia de Terras Norte do Paraná” — hoje “Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná”, material de relevante importância ao estudo não só da ocupação, mas também da estrutura fundiária do norte paranaense embasada a partir dos anos 30. Nesse campo, ressaltamos a Comunicação das professoras France Luz e Ivani Rogatti Omura, ambas do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, que vem desenvolvendo um trabalho de levantamento do referido material, cujos resultados serão levados ao VIII Simpósio da ANPUH.

Entretanto, a preocupação da presente comunicação se ocupa em *rever a estrutura fundiária* desta mesma região após decorridos quase 50 anos da transação que envolveu o governo paranaense na venda de mais de 1.200.000 hectares de terras a Lord Lovat.

A derrubada das matas, a abertura de sítios e a rápida expansão cafeeira transformaram a paisagem norte paranaense e novos contingentes populacionais eram atraídos para frentes mais avançadas onde a “Companhia de Terras Norte do Paraná” continuou, em décadas posteriores, o loteamento de novas áreas pelo mesmo processo anterior. O retalhamento com a sub-divisão ou com a incorporação de novos lotes se faz presente pela sucessão em inventários ou mesmo pela venda. Novas culturas são adotadas ou incorporadas paralelas à lavoura cafeeira. A sucessão do homem e o revezamento das culturas teriam contribuído para a modificação do embasamento fundiário aqui estabelecido? Em caso afirmativo, até que ponto?

Assim sendo, nosso objetivo é *rever a estrutura fundiária* resultante do processo de ocupação da região norte paranaense. Para tal trabalho tomamos como modelo a micro região nº 15, que tem por sede a cidade de Maringá, compreendendo 15 municípios, todos resultantes de idênticos processos de loteamento e ocupação. Serão levantadas todas as fontes em cada município, numa tentativa de padronização de dados e elementos que possibilitem, de maneira atualizada, estabelecer a estrutura fundiária não só da região abordada, mas também de áreas diferentes, como contribuição ao estudo de aspectos sócio-econômicos, quer de áreas de ocupação antiga ou recente.